



DIVULGAÇÃO

De janeiro a maio deste ano, Gurupi soma 278 empregos

Gurupi assume a liderança do emprego formal no Tocantins

O desempenho do mercado de trabalho formal em Gurupi no mês de maio de 2026 marca um momento histórico de afirmação e robustez para a economia do município. Em um cenário em que as principais cidades do Tocantins enfrentaram momentos de retração e ajuste sazonal, Gurupi demonstrou capacidade de criação de novos postos de trabalho, assumindo o protagonismo na geração de empregos entre os grandes polos urbanos e econômicos do Estado. Dados do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo CAGED) mostram que a cidade fechou o mês com saldo positivo de 48 novos postos de trabalho, enquanto Palmas (-167), Porto Nacional (-152) e Araguaína (-3) registraram saldo negativo. No acumulado de janeiro a maio deste ano, Gurupi soma 278 empregos formais gerados, resultado que reforça o fortalecimento da economia local.

Reconhecimento de paternidade

As inscrições para o programa Meu Pai Tem Nome, em Roraima, encerram nesta sexta-feira, 31 de julho. Até essa data, crianças, adolescentes e adultos podem participar do mutirão de reconhecimento de paternidade ou maternidade por meio da Defensoria Pública de Roraima (DPE-RR). Os interessados podem realizar a inscrição pelo site da Defensoria Pública. A ação contempla casos de reconhecimento biológico, socioafetivo e pós-morte, além da realização de exames de DNA, quando necessário.

DEFENSORIA PÚBLICA



O Meu Pai Tem Nome é uma campanha nacional

Correição Ordinária em Rondônia

A Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado de Rondônia realizará Correição Ordinária no Núcleo de Porto Velho entre 3 e 31 de agosto. O procedimento avaliará a regularidade dos serviços, o cumprimento de prazos, os fluxos internos, a estrutura da unidade e a gestão do acervo eletrônico. As atividades ocorrerão sem interromper o atendimento ao público, além de permitir a coleta de informações para o aprimoramento administrativo, a padronização de procedimentos e o fortalecimento da prestação de assistência.

Primeiro Ambulatório Neonatal do Tocantins

Araguaína iniciou neste mês as atividades do primeiro Ambulatório Neonatal Especializado do Tocantins, instalado no Ambulatório Municipal de Especialidades (AME). A unidade passa a oferecer acompanhamento a recém-nascidos que necessitam de atenção após a alta hospitalar. O serviço amplia a rede pública de assistência materno-infantil e estabelece um novo modelo de atendimento no estado.

Avaliação

O Pará discutiu os impactos da Avenida Liberdade sobre a fauna silvestre em Belém durante reunião com órgãos técnicos. O encontro tratou de medidas para reduzir riscos aos animais, preservar áreas naturais e acompanhar o andamento do empreendimento. A iniciativa faz parte das ações relacionadas à execução da via.

Educação

A Universidade do Acre iniciou novas graduações em Plácido de Castro e Acrelândia por meio do Programa de Interiorização. A iniciativa amplia o acesso, com cursos voltados às demandas locais. As atividades acadêmicas serão realizadas nos municípios, permitindo que estudantes ingressem na universidade sem precisar mudar de cidade.

Atividade

A Universidade do Amazonas promoveu uma atividade da Cuidoteca voltada à interação entre crianças e familiares. A programação reuniu brincadeiras, leitura, jogos e ações educativas com foco no fortalecimento dos vínculos e no desenvolvimento infantil. A iniciativa integra as ações de extensão da universidade.

Medidas

O Ministério Público do Amapá reuniu órgãos da rede de proteção para discutir ações voltadas ao atendimento de mulheres em situação de violência. O encontro tratou da integração entre instituições, da padronização de procedimentos e do fluxo de encaminhamento dos casos. A iniciativa busca ampliar a atuação conjunta dos serviços.

Denúncia

O Ministério Público do Acre apresentou denúncia contra 36 investigados na Operação Rota do Fim, conduzida. O grupo é acusado de integrar organização criminosa ligada ao tráfico interestadual de drogas e à lavagem de dinheiro. A ação tem como base provas reunidas durante a investigação, que seguirá para análise da Justiça.

Reunião

O Ministério Público do Amazonas participou da 80ª Reunião Ordinária do CNOMP, realizada com presença da ouvidora-geral Sílvia Abdala Tuma. A programação abordou violência de gênero, patrimônio cultural, direitos das vítimas indiretas do feminicídio e indicadores sociais. O evento também marcou os 20 anos da Ouvidoria do MPBA.



A eletricidade produzida pelos painéis é usada na iluminação de residências

Tecnologia do Pará leva energia a lugares distantes

Patente da universidade paraense atende comunidades isoladas

A patente desenvolvida pela Universidade Federal do Pará passou a ser utilizada no fornecimento de energia elétrica para comunidades isoladas da Amazônia. A tecnologia integra um sistema de geração e armazenamento capaz de atender localidades distantes da rede convencional, reduzindo a dependência de geradores movidos a combustíveis fósseis e ampliando o acesso ao serviço em áreas remotas.

A iniciativa resulta de pesquisas conduzidas na instituição em parceria com empresas do setor elétrico.

O sistema combina geração fotovoltaica, bancos de baterias e supercapacitores para garantir maior estabilidade no fornecimento.

A proposta foi desenvolvida para atender oscilações de consumo ao longo do dia, armazenando eletricidade produzida pelos painéis solares e liberando essa energia conforme a demanda das comunidades. O modelo busca assegurar continuidade no abastecimento mesmo em períodos sem incidência solar suficiente.

A tecnologia foi criada por pesquisadores vinculados à Universidade Federal do Pará e integra um projeto voltado ao desenvolvimento de soluções para localidades fora do Sistema Interligado Nacional.

Os estudos envolveram testes em ambiente controlado e, posteriormente, a aplicação prática em comunidades da região amazônica. A expectativa é que o modelo contribua para reduzir custos operacionais e ampliar a eficiência do atendimento em áreas de difícil acesso.

A adoção da patente ocorre em um cenário de expansão das políticas públicas destinadas à universalização da energia elétrica na Amazônia Legal. Programas federais preveem o atendimento de populações residentes em regiões remotas por meio de sistemas isolados de geração, priorizando fontes renováveis e soluções adequadas às características locais.

BENEFÍCIOS

Além do fornecimento de eletricidade para residências, a disponibilidade contínua de energia pode beneficiar escolas, unidades de saúde e atividades produtivas, favorecendo o funcionamento de equipamentos e serviços essenciais. A experiência desenvolvida pela Universidade Federal do Pará também pode servir de referência para novos projetos voltados à inclusão energética em outras áreas da Amazônia, onde milhares de moradores ainda dependem de sistemas alternativos de abastecimento.